

Editorial

MUDANÇA INCREMENTAL OU REORIENTAÇÃO DAS BASES DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM: QUÃO PROFUNDA SERÁ A TRANSFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO CONTÁBIL A PARTIR DAS DCNS?

Marcelo Marchine Ferreira (UNESPAR),

mmarchine@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-0102-7622>

Alison Martins Meurer (UFPR),

alisonmeurer@ufpr.br, <https://orcid.org/0000-0002-3704-933X>

Competência. É esse o pilar que fundamenta a Resolução CNE/CES n.º 01/2024, que trata das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Contábeis (DCNs). Não que a Resolução CNE/CES n.º 10/2004 (DCNs anteriores) o tenha deixado de lado, apenas não o considerou, à época, como o centro do processo educativo por ela induzido. Eram outros tempos e, talvez, houvesse outras necessidades. Passaram-se 20 anos e, ao longo desse intervalo, muitas mudanças aconteceram. Testemunhamos profundas transformações sociais, geopolíticas e econômicas. Transformações essas que, no mundo dos negócios, impactaram significativamente a profissão contábil. A intensificação tecnológica no âmbito da profissão com a digitalização de grande parte dos processos contábeis e, mais recentemente, com aplicações de inteligência artificial, por exemplo, têm modificado e até mesmo redefinido o perfil do exercício profissional e, portanto, do próprio profissional.

E o que é competência? Essa é a primeira questão que temos que discutir para buscar um entendimento razoável do que as novas DCNs apresentam para a formação em Ciências Contábeis. Precisamos compreender o seu significado no processo educacional. Esse editorial reflete sobre isso a partir de duas perspectivas teórico-conceituais: a de Basil Bernstein e a de Philippe Perrenoud. Bernstein (2003) desenvolve um conceito sociológico de competência que está relacionado às estruturas de poder e controle na educação. Para o autor as competências são legitimadas em contextos educacionais que não são neutros, mas que refletem estruturas sociais dominantes que determinam quais capacidades são reconhecidas como válidas. Assim, a Resolução CNE/CES n.º 01/2024, ao estabelecer as competências específicas para o contador, está envolta em um processo de seleção e legitimação de determinados conhecimentos e habilidades em detrimento de outros. Processo que é mediado por relações de poder no campo profissional e acadêmico.

Perrenoud (1999), por sua vez, apresenta uma abordagem educacional, mais pragmática e operacional do conceito de competência, que é a capacidade de mobilizar recursos cognitivos diversos para enfrentar situações específicas. Não se trata apenas de possuir conhecimentos, mas de saber ativá-los no momento adequado para resolver problemas concretos. As competências se manifestam na ação situada e mobilizam conhecimentos técnicos específicos. Essa concepção ressoa claramente na Resolução CNE/CES n.º 01/2024, especialmente quando observamos como o Apêndice I articula cada competência técnica com habilidades específicas.

As duas perspectivas teóricas, quando justapostas, enriquecem a compreensão do que representam as novas DCNs. A perspectiva de Perrenoud nos ajuda a entender o potencial pedagógico e prático da abordagem por competências para a formação profissional. Já a perspectiva de Bernstein nos alerta para as dimensões sociopolíticas dessa mudança, lembrando-nos que toda reforma educacional ocorre em um campo permeado por relações de poder e controle social. A adoção de um modelo centrado em competências na formação contábil representa uma mudança que vai além de uma atualização técnico-pedagógica. Representa um reposicionamento dentro das estruturas sociais e profissionais que definem o que significa ser contador no Brasil.

TEMOS UM MARCO PARADIGMÁTICO PARA O ENSINO DE CONTABILIDADE?

Ainda que o processo que culminou nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs – tenha ocorrido em um curto espaço de tempo e com um nível restrito de envolvimento e de diversidade de partes interessadas, especialmente a academia, a publicação da Resolução CNE/CES n.º 01/2024 representa, sem dúvida, uma transição importante e significativa (ainda a se concretizar) para o ensino superior em Ciências Contábeis no Brasil. Após 20 anos de vigência da Resolução CNE/CES n.º 10/2004, as novas DCNs induzem mudanças estruturais para a formação a ser oferecida pelos cursos. A mudança é a transição do atual modelo de ensino predominante, centrado na transmissão de conteúdos disciplinares e na noção de desempenho (Bernstein, 2003), para uma abordagem orientada por competências. Nesse sentido, os currículos precisam ser repensados, ressignificados, reorientados e

reorganizados quanto à concepção e a realização do processo formativo dos estudantes – futuros profissionais. Isso porque essa transição que as DCNs induzem representa uma reorientação das bases para o ensino e a aprendizagem no campo da contabilidade.

O que estamos observando é, portanto, uma proposta de mudança paradigmática no ensino de contabilidade, que implicará em mais que um simples reajuste em ementas e disciplinas ou alterações de métodos e técnicas de ensino. Demandará profundas reflexões sobre os objetivos formativos, os fundamentos educacionais que sustentarão o ensino, as metodologias de ensino e de aprendizagem, os sistemas de avaliação e, principalmente, sobre o próprio sentido da formação em Ciências Contábeis, isto é, sobre o perfil profissional pretendido. Essa mudança também redefine os papéis de professores e alunos e estabelece, portanto, novos padrões para a prática educativa e para as experiências e vivências de aprendizagem dos alunos. Trata-se, portanto, de repensar como o ensino irá lidar com o conhecimento contábil em contexto, ou seja, como esse conhecimento será construído, associado e articulado – no contexto das competências profissionais – ao longo da formação.

Os desafios que os cursos enfrentarão na transição entre os modelos – e alguns já estão enfrentando – são aqueles relacionados com o planejamento e a implementação das mudanças sem que elas se apresentem como improvisos ou ‘gambiarras’ feitas nos currículos somente para atender às exigências formais das DCNs. O risco de que isso aconteça, entretanto, é considerável. A história da educação brasileira traça alguns paralelos com esse cenário, em que reformas curriculares transformaram-se em ajustes cosméticos, sem impactos substantivos no ensino, na aprendizagem e nas práticas pedagógicas. No caso, aqui, o grande risco é observarmos ajustes ineficazes e sem impactos significativos no desenvolvimento efetivo de um ensino que produza efeitos na formação do futuro profissional. Afinal, profissionais com formação mais bem alinhada com os ‘anseios’ do mundo trabalho foram o mote para a atualização das DCNs.

Para evitar este cenário de ajustes cosméticos, é fundamental que a reformulação curricular seja compreendida e conduzida como um processo de construção coletiva e que ocorra com a participação e o envolvimento de coordenadores, professores, estudantes e representantes do mundo profissional, isto é, da diversidade das partes interessadas. Parece um tanto quanto utópico? Talvez. Mas não é impraticável ou impossível no mundo real. Afinal, o que está em jogo não é apenas o cumprimento formal de uma resolução, mas a própria relevância da formação profissional em contabilidade no Brasil para os próximos anos – talvez décadas. Os cursos que enxergarem nas novas DCNs uma oportunidade de ressignificar a formação que oferecem, e não apenas uma obrigação regulatória, serão aqueles que certamente formarão os profissionais mais preparados para os desafios de um mundo do trabalho. A escolha entre criar um currículo genuinamente transformador ou apenas um “puxadinho” normativo está nas mãos de cada instituição e curso – e suas consequências serão sentidas por gerações de profissionais.

O CONTEXTO E OS PROFESSORES: PILARES PARA UMA EFETIVA TRANSFORMAÇÃO

Uma importante questão a ser feita no escopo desse processo de transformação que se iniciará para a maioria dos cursos (para alguns já teve início) é: quais são/serão os fatores decisivos para que a mudança tenha sucesso e efetividade? Já adiantamos a resposta aqui: depende. Isso mesmo. Vai depender da conjuntura e das condições que compõem cada IES e cada curso. De todo modo, entendemos e destacamos dois fatores que precisam ser dimensionados, caso a caso, curso a curso: o contexto e os professores. Fatores esses que também apresentam desafios.

A lógica e a operacionalização de um currículo orientado por competências exigem um contexto institucional que ofereça certas condições estruturais, pedagógicas e culturais adequadas para tanto. Esse é um primeiro desafio. Os cursos, por exemplo, precisarão considerar, em seus planejamentos, aspectos-chave como: flexibilidade curricular para integrar teoria e prática; ambientes de aprendizagem que simulam realidades profissionais; processos avaliativos contínuos e diversificados (e diferentes em suas formas); bem como parcerias efetivas com o setor produtivo e profissional. Nesse sentido, será muito importante que o ambiente institucional seja promotor e indutor desse processo pois não se trata apenas de uma transformação datada.

A data-limite indicada nas diretrizes, inclusive, refere-se ao prazo para que o plano da mudança fique pronto e apto a ser implementado. A condução da transformação depois disso é que será o ‘x’ da questão. Existindo um ambiente institucional favorável, a transição para um currículo baseado em competências poderá representar não apenas uma adequação formal e burocrática, mas, de fato, uma transformação no ensino contábil. Aliás, a palavra transformação é bem apropriada nesse contexto. Transformar pode assumir diversos significados. Aqui, parece bem adequado que possamos entender pelo sentido de ‘mudar de forma’, de ‘tornar algo diferente do que era, do que vinha sendo’.

No centro dessa transformação estão os professores, que terão papel decisivo no sucesso ou fracasso da implementação das novas DCNs. São eles que, em última análise, materializarão no cotidiano da sala de aula os princípios e as práticas educativas para o ensino e a aprendizagem por competências. Contudo, muitos docentes que hoje ensinam nos cursos de Ciências Contábeis (para não dizer a maioria deles) foram formados e construíram sua experiência profissional em modelos educacionais tradicionais, o que torna ainda mais desafiadora essa transição. Para ensinar competências, os professores precisarão, eles próprios, desenvolver competências pedagógicas específicas:

capacidade de elaborar situações de aprendizagem autênticas e significativas; habilidade para mediar processos de construção de conhecimento; competência para avaliar desempenhos complexos além da simples verificação de conteúdos; e aptidão para trabalhar de forma interdisciplinar e colaborativa com colegas de diferentes áreas.

A preparação dos professores será um elemento fundamental – talvez o mais crítico – e demandará, portanto, investimentos significativos, tanto do ponto de vista pessoal dos professores, em buscar o desenvolvimento profissional docente necessário, quanto institucional na forma de programas de desenvolvimento docente para além de treinamentos pontuais. Será necessário criar espaços permanentes de formação, reflexão e experimentação pedagógica, nos quais os docentes possam reconstruir suas concepções sobre ensino, aprendizagem e avaliação. Aqui também vale mencionar a palavra transformação, isto é, a prática educativa precisará ser diferente do que é. Quem, senão o professor, é que faz a coisa acontecer?

Ademais, os cursos precisarão repensar seus processos de seleção e avaliação docente, valorizando não somente a expertise técnica em contabilidade ou, em certos casos, o volume da produção intelectual. Podemos dizer que a avaliação e valorização da expertise docente precisará seguir outro caminho. Um que, por exemplo, também valorize a base de conhecimentos para o ensino dos professores. Sem investimento na transformação das práticas docentes, corremos o risco, daqui a algum tempo, de percebermos que as mudanças curriculares ficaram apenas no plano formal, sem impactar efetivamente a qualidade da formação oferecida – exatamente o cenário de ‘puxadinho’ normativo que, como mencionado anteriormente, não produziria as transformações substantivas que a formação contábil brasileira necessita.

COMPETÊNCIAS E A ARTICULAÇÃO ENTRE CONHECER, FAZER E SER

As alterações curriculares induzidas pelas novas DCNs e a ênfase na reconfiguração do contexto pedagógico e do trabalho docente não representam uma mudança arbitrária ou descontextualizada. Por mais de uma década, diversos frameworks orientativos, pesquisas científicas e trabalhos de especialistas têm apontado para as demandas sociais por profissionais ‘bem-preparados’. Isto é, que estabeleçam conexões mais próximas com o mundo do trabalho (ou necessidades do mercado) e que demonstrem capacidade de aplicar, de maneira efetiva, em situações concretas da profissão os conhecimentos construídos nos ambientes acadêmicos.

Enquanto o ensino, na perspectiva induzida pelas DCNs anteriores, centrava-se predominantemente na transmissão de conhecimentos por meio de disciplinas frequentemente compartimentalizadas e com pouca integração ao longo do curso, o que vamos observar é (e ter esperança que seja) uma mudança profunda na estrutura educacional de formação de contadores. Apesar de esperarmos que aconteça com a extensão e a profundidade adequadas, já sabemos de antemão de algumas coisas: que será um processo mais lento do que rápido; que em muitos casos será um processo permeado de tentativas, erros e acertos; que veremos a oferta e a procura por receitas sobre como conduzir o processo; e que existirão puxadinhos, gambiarras e maquiagens. Como já dissemos, não será um processo simples. Existem muitas novidades requeridas pelas novas DCNs que forçarão com que os cursos aprendam novas formas de organizar e oferecer o ensino de contabilidade. Ensino esse que possa ser percebido como aquele que entrega uma formação mais próxima aos anseios do mundo do trabalho.

É importante ressaltar que a transição entre os enfoques de ensino não representa necessariamente uma ruptura radical ou uma dicotomia com relação ao enfoque anterior. As diversas experiências exitosas já consolidadas em muitos cursos e que se orientavam pelo ensino baseado nos conteúdos e sua transmissão continuarão, muito provavelmente, a coexistir com outras que serão incorporadas. Elas deverão servir de base para o delineamento do ‘novo necessário’, isto é, novas experiências baseadas no ensino por competências. Trata-se, portanto, mais de uma evolução do que propriamente uma revolução curricular, por isso, dissemos que será um processo mais lento do que rápido.

Nesse ponto de nossas reflexões julgamos ser importante enfatizar que os conteúdos e os conhecimentos não são prescindíveis na perspectiva das competências. Nesse sentido, reproduzimos Perrenoud (1999) que destaca que não existe competência sem o componente conhecimento, mas que uma competência não se resume apenas a esse componente. A formação efetiva de uma competência requer um balanceamento adequado entre, por um lado, o desenvolvimento específico e separado de seus componentes individuais e, por outro, a articulação desses mesmos componentes em contextos práticos de aplicação real.

Bom, o fato é que a mudança, como já ficou bem claro, refere-se ao ensino baseado em competências que, de acordo com as DCNs, deverá articular de maneira intencional e sistemática três dimensões essenciais: os conhecimentos (conhecer), as habilidades (fazer) e as atitudes (ser). Logo, abordar competências significa considerar a capacidade de mobilização e de articulação de conhecimentos, habilidades e atitudes e sua aplicação de maneira oportuna e contextualizada em situações que se assemelham a problemas da profissão, dos mais simples e rotineiros aos mais complexos. Um profissional formado em Ciências Contábeis pode, por exemplo, conhecer profundamente as técnicas de gestão contábil, mas não saber aplicá-las no momento adequado – ou sequer ser competente em sua aplicação caso não domine suficientemente os conhecimentos que fundamentam tais técnicas.

As DCNs de 2024 propõem, assim, que o foco, antes centrado no conteúdo necessário à formação, agora volte-se prioritariamente para o perfil do profissional a ser formado e as competências necessárias a esse perfil.

A pergunta que os cursos devem fazer e que certamente farão, é algo mais ou menos assim: considerando nossos contextos e características, qual é o perfil profissional que vamos (podemos) oferecer para a sociedade? A partir dessa questão seminal é que tudo deve começar. É o perfil do egresso que determinará o caminho a seguir na reorganização da formação oferecida pelos cursos. Aliás, antes também deveria ter sido assim. Mas nem sempre foi, necessariamente. O fato é que agora teremos que pensar, conceber intencionalmente e sistemicamente as características do perfil delineado articulando-o com os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias para que seja entregue aquilo que os Projetos Políticos Pedagógicos prometerem.

Portanto, teremos que pensar em como e com qual intensidade as seis competências fundamentais indicadas pelas DCNs serão desenvolvidas ao longo da formação oferecida pelo curso, quais sejam: (i) ser capaz de realizar o preparo, a análise e o reporte de informações relevantes e fidedignas; (ii) apoiar a gestão no planejamento estratégico e processo decisório; (iii) auditar informações financeiras e não financeiras e auxiliar no processo de assecuração; (iv) compreender e aplicar a legislação tributária e previdenciária; (v) executar trabalhos de perícia judicial e extrajudicial; e (vi) compreender como a tecnologia da informação contribui para a análise de dados e para a geração de informação.

Diante do que argumentamos, consideramos que um dos principais desafios para o desenvolvimento das competências no ensino de contabilidade será concretizá-las na prática educativa, fazendo com que transcendam a mera formalidade curricular e se integrem às vivências de aprendizagem dos estudantes. Uma competência só existe, de fato, quando manifestada em contextos concretos, no desenvolvimento de situações-problema ou cenários simulados que demandem sua mobilização. E tais situações precisam ser, progressivamente, mais complexas ao longo do percurso formativo, fazendo com que os estudantes desenvolvam níveis crescentes de autonomia e proficiência.

A transição para um currículo por competências exigirá, portanto, que os cursos repensem não apenas o que ensinam, mas principalmente como ensinam. As experiências de aprendizagem precisarão ser redesenhadas para promover a integração entre teoria e prática, estimular a resolução de problemas complexos, incentivar o trabalho colaborativo e desenvolver a capacidade reflexiva dos estudantes. Esse redesenho, como esperamos que tenha ficado claro, não ocorrerá espontaneamente ou por meros ajustes curriculares sejam eles gambiarras, puxadinhos e maquiagens.

E COMO SABER SE O ESTUDANTE ESTÁ SE TORNANDO COMPETENTE? A AVALIAÇÃO POR COMPETÊNCIAS: MAIS UM DESAFIO

Se a transformação do ensino contábil, como discutimos anteriormente, exige uma profunda reorientação das práticas pedagógicas, da organização curricular e do papel do professor, com o campo da avaliação da aprendizagem não é diferente. Esse é outro campo pertinente à mudança que também encontraremos desafios. Isso porque avaliar competências demanda maneiras diferentes de conceber e de realizar avaliações. Podemos considerar que será necessária uma modificação significativa de grande parte dos processos avaliativos que normalmente são utilizados nos cursos de Ciências Contábeis, predominantemente centrados na verificação da aquisição e da memorização de conteúdos disciplinares.

A lógica de competências estabelecida pelas DCNs de 2024 pressupõe que a avaliação vá além da simples verificação do “conhecimento”, incorporando também dimensões do “fazer” e do “ser”. Como avaliar, por exemplo, a competência de “preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas” sem colocar o estudante diante de situações reais ou simuladas que exijam a mobilização integrada de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao atendimento da competência? Quais serão os parâmetros para verificar se os estudantes demonstram ser competentes? As formas de avaliação com que estamos acostumados – provas e trabalhos – são suficientes para isso? Perrenoud (1999) argumenta que determinar o que um estudante sabe é menos complicado que verificar suas competências, posto que estas só podem ser apreendidas genuinamente quando o observamos resolvendo problemas complexos.

Portanto, buscar formas diferenciadas de avaliação é mais um dos inúmeros desafios que o modelo educacional proposto nas DCNs nos incentiva a refletir. Por certo, as DCNs posicionam os docentes diante de uma decisão de assumir de vez que o curso de Ciências Contábeis pertence às ciências sociais aplicadas e que, portanto, por vezes não terá uma resposta exata, uma só decisão ou um único caminho a ser tomado pelo estudante. E, também, pelo professor, por que não? Acreditamos que as avaliações diagnósticas e formativas tendem a ganhar mais espaço. Afinal, se precisaremos avaliar a capacidade dos estudantes de se apropriarem de diferentes atributos, as avaliações somativas, por si só, não serão suficientes para alcançar esse propósito. Nesse sentido, será necessário quebrar a tradição de avaliações pautadas somente em uma abordagem quantitativa, incluindo a adoção de critérios qualitativos.

Obviamente, como já destacado em outros momentos, não é nossa pretensão marginalizar o que já foi construído até o momento, mas provocar reflexões sobre o que pode e deve ser aprimorado para o alcance efetivo daquilo que as novas DCNs nos trazem. Se por um lado é necessária uma mudança urgente do padrão de ensino existente, por outro, a busca por metodologias de ensino e métodos de avaliação alternativos deverá ser fundamentada em pilares teóricos sólidos sob o risco de incorrer em um puro modismo educacional.

E OS CAMINHOS DAQUI EM DIANTE?

Ao longo deste editorial, buscamos traçar um panorama crítico e reflexivo sobre a transição paradigmática proposta pelas novas DCNs para os cursos de Ciências Contábeis. O fio condutor de nossa argumentação evidencia que estamos diante de um momento decisivo para a educação contábil brasileira – uma encruzilhada entre a transformação substantiva e a adequação meramente burocrática. Os pontos centrais discutidos foram: a mudança conceitual de um ensino baseado na transmissão de conteúdo para um modelo centrado em competências; a necessidade de reconfiguração dos contextos institucionais; o protagonismo dos professores como agentes de transformação; e os desafios inerentes à avaliação dentro dessa nova perspectiva.

Os desafios que elencamos, entretanto, representam apenas a ponta de um *iceberg*. A implementação efetiva das novas DCNs implicará em outros desafios igualmente significativos, que não abordamos neste texto. Entre eles, destacamos: a necessidade de articulação entre a formação acadêmica e as necessidades emergentes do mundo digital; a incorporação efetiva das dimensões sociais, ambientais e de governança nos ambientes formativos; o desenvolvimento de metodologias para o acompanhamento sistemático de egressos; e a operacionalização de estágios supervisionados ou laboratórios de simulações em práticas contábeis. Soma-se a isso o desafio de integrar efetivamente as atividades de extensão ao currículo.

Os pontos de atenção que levantamos neste texto constituem, portanto, apenas algumas das múltiplas dimensões que precisarão ser repensadas e tratadas no curso das mudanças. Há ainda, por exemplo, questões relacionadas às especificidades regionais dos cursos, à heterogeneidade das instituições de ensino superior brasileiras e às disparidades de recursos disponíveis para a implementação daquilo que será modificado. O prazo de dois anos estabelecido para a implantação obrigatória das novas diretrizes adiciona um componente temporal que intensifica a urgência das transformações necessárias. Neste curto intervalo, as instituições precisarão não apenas reformular documentos curriculares, mas promover uma verdadeira metamorfose em suas concepções e práticas educativas.

Nesse sentido, acreditamos que existem muitas inquietações e questionamentos que passam pelas cabeças daqueles que estão/estarão envolvidos com o processo de mudança. Expressamos algumas a seguir que, na maioria dos casos, foram exploradas aqui. As respostas a elas? Bem, terão que ser construídas com todos os envolvidos:

- a) Seria este o momento de valorizar mais intensamente os estágios, os projetos integradores, as atividades de extensão e as parcerias com empresas como estratégias para alcançar essa formação desejada?
- b) Como podemos identificar, de maneira consistente e confiável, se uma competência foi efetivamente desenvolvida ao longo do percurso formativo dos estudantes?
- c) Os modelos e instrumentos de avaliação atualmente empregados nos permitem identificar adequadamente o desenvolvimento das competências previstas?
- d) Que lições podemos extrair das experiências internacionais no enfrentamento desses desafios?
- e) Como podemos incorporar outras competências igualmente importantes e valorizadas pelo mercado, como as socioemocionais, nos currículos dos cursos?
- f) Quais as principais necessidades de capacitação do corpo docente que são latentes para a implementação exitosa das DCNs?
- g) Como identificar no futuro se a formação sob o prisma das DCNs está atingindo os anseios do mercado de trabalho?

Estamos, portanto, diante de um momento definidor para a formação contábil no Brasil. As novas DCNs não representam simplesmente uma atualização normativa após duas décadas; elas sinalizam uma reconceituação do que significa formar contadores em um mundo marcado por transformações aceleradas nos campos tecnológico, econômico, social e ambiental. O sucesso desta transição não será medido pela rapidez com que as instituições adaptarão formalmente seus currículos, mas pela capacidade efetiva de transformar a experiência formativa dos estudantes e, consequentemente, o perfil dos profissionais que alcançarão o mercado. O desafio está lançado e o futuro da profissão contábil no Brasil será profundamente influenciado pelas escolhas que as instituições formadoras farão nos próximos meses e anos. Mas não devemos nos esquecer que o caminho que conduz a uma reorientação consistente das bases do ensino e da aprendizagem para a formação profissional em contabilidade é menos sedutor e convidativo do que o que leva a improvisação de soluções precárias, como um «puxadinho com goteiras». Portanto, o que está em jogo não é apenas a adequação das normas, mas a construção de um legado: ou formamos profissionais capazes de enfrentar os desafios e exercer a profissão com competência e visão estratégica, ou arriscamos perpetuar uma prática educacional que já não responde às demandas profissionais.

REFERÊNCIAS

Bernstein, B. (2003). A pedagogização do conhecimento: Estudos sobre recontextualização. *Cadernos de Pesquisa*, 75–110. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000300005>

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. (2004). *Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências*. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. (2024). *Resolução CNE/CES nº 01, de 27 de março de 2024 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado*. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=257031-rces001-24&category_slug=marco-2024&Itemid=30192

Perrenoud, P. (1999). Construir competências é virar as costas aos saberes. *Revista Pátio, Porto Alegre: ARTMED, ano, 3*, 15-19.